

SIMONE MICARELLI DEGELO

USURA E USURÁRIOS NA IDADE MÉDIA.

São Paulo – 2012

SIMONE MICARELLI DEGELO

USURA E USURÁRIOS NA IDADE MÉDIA

Monografia apresentada para obtenção do título de pós-graduação em Ciências da religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, sob orientação do prof. Dr. Rafael Rodrigues da Silva.

São Paulo – 2012

Sumário

Introdução	4
CAPÍTULO 01: USURA NA IDADE MÉDIA.....	5
A Usura e o Contrato entre Mercadores	7
Uma leitura sobre Teologia e Economia.....	8
A bolsa OU a vida.....	10
Uma leitura do filme ‘O mercador de Veneza’	15
CAPÍTULO 02: A NECESSIDADE DA EXISTÊNCIA DO PURGATÓRIO	19
CAPÍTULO 03 – “CÉU, INFERNO E PURGATÓRIO – CONCEITOS QUE ATÉ HOJE PERMEIAM A CULTURA BRASILEIRA.”	26
Conclusão	29
Bibliografia	31
Apêndices e Anexos.....	33
Anexo 1: Pequena História da Usura	33
Anexo 2: Tratos Y Contratos de Mercaderes Y Tratantes	35

Introdução

Durante a Idade Média, a prática da usura era muito discutida pela Igreja. Usura é definida como o excedente à qualquer coisa, quando se recebe algo a mais do que foi dado ou emprestado. Era considerada um excedente ilícito.

De acordo com a Igreja tal prática era condenável, pois emprestando algo à juros, o Usurário (quem praticava a usura), estaria recebendo o excedente pelo tempo que seu 'cliente' ficou com o empréstimo, e esse tempo, a Igreja dizia pertencer à Deus.

Por muito tempo os usurários, de acordo com a doutrina cristã, se viessem a falecer não teriam outro lugar além do Inferno para o 'repouso' de suas almas. Entretanto, no século XII, é criado um terceiro lugar no além, chamado Purgatório, o qual estaria destinado às almas que não fossem nem tão boas para irem ao Céu, e nem tão más, para que fossem ao Inferno.

As discussões sobre Usura e Usurários estão concentradas no primeiro capítulo deste trabalho. Já no segundo capítulo, é abordada a questão da criação do Purgatório que, como já foi dito anteriormente, era considerado o único meio pelo qual os usurários poderiam chegar um dia ao Paraíso, pois passariam por várias purgações para expiação de seus pecados.

No terceiro e último capítulo do presente trabalho, é identificado na cultura brasileira, através da obra de Ariano Suassuna, o "Auto da Compadecida", a crença em conceitos como o Céu, Inferno e Purgatório e a permanência das discussões sobre esses conceitos até os dias atuais.

CAPÍTULO 01: USURA NA IDADE MÉDIA

No presente capítulo abordaremos a questão da usura na Idade Média e a posição da Igreja com relação aos usurários e à usura.

Para explorarmos tais assuntos, tomaremos como base algumas definições de Tomás de Mercado (Tratado de Mercado), Luis Correa Lima (Teologia de Mercado – uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos), Jacques Le Goff (A bolsa e a vida) e o filme ‘O mercador de Veneza’, baseado na obra de William Shakespeare. Para melhor entendermos o tipo de abordagem deste capítulo, as referências aqui utilizadas serão brevemente apresentadas:

Tomás de Mercado era dominicano, e no ano de 1571 escreve sua única obra, ‘Suma dos tratos y contratos’, o qual era um manual destinado aos mercadores de Sevilha. Sua obra é considerada uma teoria econômica da época.¹

Luis Correa Lima é historiador e em um de seus trabalhos escreve sobre a obra de Tomás de Mercado, intitulado ‘TEOLOGIA DE MERCADO Uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos’, Bauru: Edusc, 2001, trabalho este que utilizaremos como referência para este capítulo.²

¹ TOMÁS DE MERCADO. *Suma dos Tratos y Contratos entre mercadores*. 1571. Os dados sobre Tomás de Mercado foram retirados do site: <http://www.ufcspa.edu.br/ufcspa/ensino/posGraduacao/patologia/documentosPatologia/resumoDoProjetoParaMatricula.pdf>. Site acessado em 04/05/12.

² LIMA, Luis Correa. *TEOLOGIA DE MERCADO Uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos*. Perspectiva Teológica. n°34. Belo Horizonte, 2002, p.105-118.

Jacques Le Goff é um historiador francês e especialista em Idade Média, e no ano de 2007 chega ao Brasil sua obra intitulada 'A Bolsa e a Vida', abordando a questão da usura, tema principal deste trabalho.³

O Mercador de Veneza: este filme é uma adaptação da obra de William Shakespeare, e a versão utilizada como referência neste trabalho é o filme do diretor Michael Radford, lançado em 2004.⁴

Usura é definida como o excedente a qualquer coisa, quando se recebe algo a mais do que foi dado ou emprestado. Era considerada um excedente ilícito.

Tomás de Aquino, um dos grandes representantes da escolástica, afirmou que o comércio era vergonhoso e se caracterizava como uma profissão desonrosa, pois incitava à cobiça do lucro⁵. Nesta direção a usura era condenada porque a Igreja não aceitava a busca de lucros e o desejo pelo dinheiro. As fundamentações para tal condenação tinha como ponto de partida os textos bíblicos, especialmente , aqueles que fazem referência direta ao empréstimo de dinheiro como Ex 22,25; Dt 23,19-20 e Lc 6,34-35. Porém, o empréstimo sem juros era prescrito pela lei conforme Ex 22,24; Lv 25,35-36; Dt 15,7-11; Mt 5,42; Sl 37,21.26. No livro do Eclesiástico encontramos vários conselhos e sentenças sobre dinheiro, empréstimos e pagamentos:

“Aquele que ama o ouro não escapa do pecado, o que persegue o lucro ilude-se” (31,5);

³ LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a Vida*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

Os dados sobre Jacques Le Goff foram retirados do site:

<http://cafehistoria.ning.com/group/biografiatrajetriaseprotopografia/forum/topics/o-historiador-jacques-le-goff>
Site acessado em 04/05/12.

⁴ RADFORD, Michael. *O mercador de Veneza*. [Filme – vídeo] Direção de Michael Radford. Estados Unidos. Drama. 2004. Aprox. 130 min. DVD, colorido. Distribuidora, Califórnia Filmes. Os dados sobre o filme foram retirados do site:
<http://www.livrariacultura.com.br/scripts/resenha/resenha.asp?nitem=5052543&sid=77332313914330405869983639>. Site acessado em 04/05/12.

⁵LE GOFF, Jacques. *El orden de la memória*. El tiempo como imaginario. Barcelona: Paidós, 1991, p.71.

“Não emprestes a um homem mais forte do que tu: se emprestaste, considera-o como perdido. Não te tornes fiador além dos teus recursos: se já o és, pensa como pagarás” (8,12-13);

“Construir a própria casa com dinheiro de outros é como amontoar pedras para a própria sepultura” (21,8);

“Difícilmente um negociante afasta-se da culpa e o comerciante não está isento de pecado. Muitos pecam por amor ao lucro, aquele que procura enriquecer-se mostra-se implacável. Entre as juntas das pedras finca-se a estaca, entre a venda e a compra introduz-se o pecado” (26,29-27,2).

“O pecado que se precipita para ser fiador, perseguindo lucro, precipita-se para a ruína” (29,19).

“A riqueza mal adquirida, como uma torrente, secar-se-á, é como um raio que ressoa na tempestade” (40,13).

Conforme Jacques Le Goff, os autores eclesiásticos criticavam a prática da usura porque ela não realizava trabalho e quando praticava o juro, o usurário se apropriava e vendia algo que pertencia a Deus, o tempo⁶.

A Usura e o Contrato entre Mercadores

Tomás de Mercado, ao escrever sobre a usura define:

“En éstas y en todas sus semejantes se comete la usura de esta manera: si se prestan algunos dineros, o cualquiera de las otras cosas, y se lleva algún interés por prestarlos, lo que se vuelve más de lo que se dio, aquella demasía que se recibió es la usura. Por estas mismas palabras lo declara S. Ambrosio y lo define S. Tomás, y también el sacro concilio agatense. Presto dos mil ducados, vuélvenme dos mil y ciento; aquellos ciento son el pecado y usura. Di diez hanegas de trigo, recibo once; la oncená es usura.”⁷

⁶Idem., p.75

⁷ TOMÁS DE MERCADO. *Suma dos Tratos y Contratos entre mercadores*. Livro 05, Capítulo 06.

Tomando como base o pensamento e a Teologia de Santo Ambrósio e Santo Agostinho, os quais definem a usura como um roubo e o usurário como um ladrão, “San Ambrosio y San Agustín dicen que lo mismo es hurtar al pobre su ropa robándosela y al rico su hacienda prestándole con usuras. Y aun nuestro mismo Salvador, si no expresa, a lo menos casi expresamente los llama tales cuando, echándolos del templo, dijo, escrito está, «Mi casa es casa de oración y vosotros la hacéis cueva de ladrones», llamando ladrones a los usureros que con el azote expelía y mandaba salir fuera.”⁸

O usurário é um ladrão particular; mesmo que não perturbe a ordem pública. Seu roubo é particularmente odioso na medida em que rouba a Deus⁹.

Uma leitura sobre Teologia e Economia

Tomás de Mercado viveu durante a Idade Média, na época em que a questão da usura era discutida pela Igreja, e, em sua única obra, ‘Suma dos Tratos y Contratos’, de acordo com Luis Correa Lima, “...aborda as grandes questões econômicas do seu tempo, que vive as transformações e as tensões dos descobrimentos. A propriedade, a riqueza, o trabalho, o comércio, o preço justo, o livre mercado, o monopólio, o tabelamento de preços, os metais preciosos, a teoria monetária e a inflação, o câmbio, o banco e o empréstimo, a usura, o tráfico de escravos, tudo isso faz parte de sua obra.”¹⁰

Era comum e aconselhável aos mercadores que sempre consultassem esse manual, como era considerada a obra de Tomás de Mercado na época, pois “...encontravam a resposta para o que é justo e injusto em matéria de comércio,

⁸ Ibid., Livro 05, Capítulo 06.

⁹ LE GOFF, Jacques. *A Bolsa e a vida*, p.39.

¹⁰ LIMA, Luis Correa. *TEOLOGIA DE MERCADO Uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos*. Perspectiva Teológica. n°34. Belo Horizonte, 2002. p.106.

câmbio e empréstimos. Por diversas vezes, os mercadores espanhóis que atuavam em Antuérpia enviaram representantes à Universidade de Paris para sanar dúvidas sobre a liceidade de determinadas operações econômicas. Muitos homens de negócio eram capazes de suspender uma operação econômica, se fosse comprovada a sua imoralidade, mesmo que isso lhes acarretasse prejuízo financeiro.”¹¹

Apesar de muitos homens chegarem ao ponto de suspender uma operação econômica pelo fato de consultarem o Tratado de Mercado, alguns não se sentiam na obrigação de desfazer ou até deixar de efetuar alguma possível operação econômica.

O Tratado de Mercado, mesmo sendo mais uma obra abordando temas econômicos, tinha algumas diferenças, como aponta Luis C. Lima:

Tomás de Mercado é classificado como um dos primeiros mercantilistas espanhóis¹⁰. É certo que ele incentivou o comércio e estava preocupado com a prosperidade “de nuestra España, republica feliz”. Queria coibir a evasão de divisas e manter dentro da nação a fonte da riqueza que eram os metais preciosos. Denunciou as “aves de rapina” (os estrangeiros com seus “câmbios e recâmbios”) para proteger os seus compatriotas que trabalhavam duro nas minas e se arriscavam nas viagens ultramarinas. Era um escolástico mercantilista, que acompanhou a prosperidade sevilhana. Mas o nosso frade tinha como principal propósito mostrar que intento o mercador deve ter nos seus negócios e que meios há de escolher, para ganhar sua vida de modo a não perder a vida futura. Esta preocupação não existia nos mercantilistas. Mercado é uma exceção. No processo de secularização da sociedade, as questões morais e religiosas foram sendo relegadas ao âmbito individual e privado. Elas não entram nos negócios.¹²

¹¹ Ibid., pág. 107.

¹² Ibid., pág. 112.

A bolsa OU a vida

A usura aconteceu durante a Idade Média, século XII ao XIX, e era uma mistura de economia com religião, dinheiro e salvação, causando assim muita polêmica sobre o que estava ou não correto com relação a tal prática.¹³

Considerando a maneira como a Igreja encarava a prática da usura, os usurários eram detestados, mas ao mesmo tempo necessários, e apesar da fragilidade, poderosos. Quando o assunto era empréstimo com juros, logo se pensava nos usurários.¹⁴

A Igreja presenciava um impasse, entre a difusão do capitalismo e suas práticas atuais, pois, opunha Deus ao dinheiro, mas ao mesmo tempo precisava justificar a riqueza mediante o crescimento do número de burgueses. Diante desta situação, procuravam um meio para justificar a essa 'riqueza mal adquirida'.¹⁵

Na época, a expansão dessa nova fase econômica, o capitalismo, chegou a ameaçar os antigos valores da Igreja.¹⁶

Para acentuar ainda mais esse dilema entre Deus e o dinheiro, no evangelho de Mateus (6, 24), consta que ninguém pode servir a Deus e ao dinheiro, ou seja, se optar por Deus, terá que odiar o dinheiro, sendo possível 'servir' a um senhor.¹⁷

Uma medida a favor da resolução deste dilema entre Deus e o dinheiro, encontrada pela Igreja, foi a definição e distinção entre o pecado e o pecador. Passa a ter maior importância a interiorização, e não a exteriorização. Ao final do século XI até o início do século XIII, divulgam que um pecado só é grave quando se tem a

¹³ LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a Vida*. p.9.

¹⁴ *Ibid.*, p.10.

¹⁵ *Ibid.*, p.10.

¹⁶ *Ibid.*, p.10.

¹⁷ *Ibid.*, p.10.

intenção de praticá-lo. Um marco importante que vem a favor deste mudança de posição da Igreja, é o Concílio de Latrão, 1215, pois para todos os cristãos, fossem homens ou mulheres, tornava-se obrigatória a confissão anual, no período da páscoa.¹⁸

Depois desta mudança imposta pelo Concílio de Latrão, define-se o período como o início da modernidade psicológica, pois a atitude do cristão era avaliada como pecado ou não dependendo de suas intenções.¹⁹

Para avaliar os pecadores, o confessor era orientado a fazer perguntas convenientes para saber exatamente como era a pessoa que estava a sua frente se confessando. Era tarefa também do confessor analisar os pecados e separá-los em graves, ou seja, pecados mortais que não poderiam ser redimidos com penitência, dos pecados considerados mais leves, passíveis de penitência.²⁰

As pessoas que tivessem os tais pecados mortais, depois da morte iriam direto para o Inferno, para o castigo eterno. Já os cristãos com pecados leves, passariam um período num lugar chamado Purgatório, sendo este um novo lugar, para que os seus pecados fossem expiados e assim pudessem ir ao tão almejado paraíso.²¹

Com a chegada dessas mudanças relacionadas ao pecado, e à instituição da confissão, classificação dos pecados e instituição do purgatório, alguns padres sentiram necessidade de um manual, visto que algumas confissões os colocavam em situações embaraçosas e por vezes não sabiam como agir. Visando sanar o problema, teólogos e canonistas escreveram então manuais, contudo, os usuários

¹⁸ Ibid., p.11-12.

¹⁹ Ibid., p.12.

²⁰ Ibid., p.12.

²¹ Ibid., p.12.

eram avaliados pelo confessor, ou seja, ficava a cargo do confessor considerar ou não o usurário um praticante de pecado mortal ou não.²²

De acordo com Le Goff, usura e juros são coisas diferentes, da mesma forma que usura e lucro. A usura é definida como um conjunto de práticas proibidas, pois arrecada juros de um emprestador em operações que não deveriam arrecadar juros. E a usura é cobrada onde não existe a produção e transformação material de bens.²³

A usura não era uma prática exclusiva dos judeus, cristãos também a praticavam, entretanto, segundo Le Goff, “Os usurários cristãos estavam sujeitos, na qualidade de pecadores, aos tribunais eclesiásticos, aos provisorados que lhes patenteavam em geral uma certa indulgência, deixando a Deus o cuidado de puní-los com a danação. Mas os judeus e os estrangeiros...dependiam da justiça laica, mais dura e mais repressiva.”²⁴

Os usurários eram vítimas de uma lógica estruturada pela Igreja em que eram sempre destinados ao inferno, era denominada uma lógica infernal. De qualquer maneira, se não cedessem às imposições da Igreja, estavam condenados ao inferno. Le Goff define essa questão da seguinte maneira:

*“Os usurários pecam contra a natureza querendo fazer dinheiro gerar dinheiro, como cavalo com cavalo ou mulo com mulo. Além disso os usurários são ladrões..., pois vendem o tempo, que não lhes pertence, e vender um bem alheio, contra a vontade do possuidor é um roubo. Ademais, como nada vendem a não ser a espera do dinheiro, isto é, o tempo, vendem os dias e as noites. Mas o dia é o tempo da claridade e a noite o tempo do repouso. Portanto, não é justo que tenham a luz e o repouso eternos”.*²⁵

²² Ibid., p.12.

²³ Ibid., p.18.

²⁴ Ibid., p.37.

²⁵ Ibid., p. 40-41.

O usurário empresta o que é seu, portanto, se cobra juros e a outra pessoa aceita, que mal fez ele? Aparentemente nenhum, entretanto, a Igreja não via a situação desta maneira, pois acreditavam que ao emprestar e receber com juros, recebia pelo tempo que o dinheiro ficou com a outra pessoa, sendo assim, estaria recebendo pelo tempo, e o tempo, de acordo com a Igreja, é de Deus. Obviamente, quando recebia pelo tempo que o dinheiro ficou emprestando, estava recebendo por algo que não lhe pertencia e muito menos exercia direitos.

Na Idade Média, o usurário era comparado à ladrões, como já vimos, e às prostitutas, que na época eram consideradas pessoas desprezíveis. Le Goff afirma que o usurário era ainda pior segundo os costumes da época, "...pois ele peca contra Deus de todas as maneiras, não somente em relação à Sua pessoa, mas também em relação à natureza que Ele criou e que com Ele se confunde, e em relação à arte que é imitação da natureza. Como consequência disso, Dante colocou os usurários em seu Inferno com os sodomitas, outros pecadores contra a natureza..."²⁶

Na época, quando um usurário morria, seu dinheiro e negócios, como de costume, eram passados para os filhos, fato que levanta a questão da usura ser algo hereditário. Antes de morrer os usurários tinham a oportunidade de escolher entre a bolsa (seu dinheiro) ou a vida (vida eterna, salvação), mas sua opção, no fundo, era pelos dois, a bolsa e a vida. Entretanto, a minoria dos usurários optavam pela bolsa, persuadidos pelos argumentos da Igreja.²⁷

²⁶ Ibid., p.50.

²⁷ Ibid., p.65.

A salvação dos usurários só foi possível devido à criação de um lugar chamado Purgatório, ou caso decidissem restituir as pessoas de quem recebeu a usura.

Para Maurice Kriegel e Edward H. Flannery, a Cristandade vivia e um paradoxo, pois ao mesmo tempo que proibia a prática da usura, autorizava e encorajava os usurários judeus a emprestar dinheiro aos cristãos e era conivente com a prática da usura pelos judeus, pois tomava empréstimos destes para as construções de catedrais e igrejas. A Igreja condenava os judeus, mas utilizava de seus serviços²⁸. Flannery afirma que “o povo invejava a ascendência judaica e atribuía a responsabilidade de sua pobreza aos cortesãos financistas judeus a quem culpavam do alto custo de vida, não fazendo distinção entre esses ricos e poderosos judeus e o número maior de judeus tão pobres como eles”²⁹.

O purgatório, segundo Le Goff, surgiu ao passo que “...os homens e a Igreja consideraram insuportável a oposição simplista entre o Paraíso e o Inferno, e quando se reuniram as condições para definir um terceiro lugar do Além onde os mortos podiam ser purgados de seu saldo de pecados, uma palavra apareceu, purgatorium, para designar esse local enfim identificado: o Purgatório.”³⁰

²⁸KRIEGEL, Maurice. “Judeus”. In: *Dicionário Temático do Ocidente Medieval II*. São Paulo: Edusc, 2006, p.42 e FLANNERY, Edward H. *A Angústia dos judeus*. História do anti-semitismo. São Paulo: Ibrasa, 1968, p.111.

²⁹FLANNERY, Edward H. *A Angústia dos judeus*. História do anti-semitismo. São Paulo: Ibrasa, 1968, p.143.

³⁰Ibid., p.76.

Uma leitura do filme ‘O mercador de Veneza’

Essa questão da usura pode ser muito bem identificada na obra de William Shakespeare – O mercador de Veneza, que está representada no filme de Michael Radford.³¹

A história se passa em 1596, e os Judeus moravam no gueto da cidade. Toda noite o portão era fechado e vigiado por cristãos.

Durante o dia o homem que saísse do gueto tinha que usar um gorro vermelho para que fosse identificado como judeu.

Pelo fato de não poderem possuir propriedades, emprestavam dinheiro á juros, e por isso eram chamados de usurários, sendo assim contrários aos princípios cristãos.

Os venezianos faziam ‘vista grossa’ para esses acontecimentos. Entretanto, isso não acontecia com os cristãos fanáticos.

Os personagens principais são: Antonio (cristão), Bassanio (amigo de Antonio que estava sem condições financeiras por estar com muitas dividas) Antonio era seu credor, Shylock (um judeu que emprestava dinheiro a juros), Jéssica (filha de Shylock), Pórcia (rica herdeira), Nerissa (companhia de Pórcia).

Antonio estava com seus negocios ‘no mar’, dependendo de muita coisa.

Em Belmonte havia uma herdeira rica, chamada Pórcia, que deveria se casar, mas que dependia da vontade de seu finado pai, que deixara tres baús para os pretendentes escolherem um quando fossem pedir a mão da moça. Quem

³¹ RADFORD, Michael. *O mercador de Veneza*. [Filme – vídeo] Direção de Michael Radford. Estados Unidos. Drama. 2004. Aprox. 130 min. DVD, colorido. Distribuidora, Califórnia Filmes.

escolhesse o baú certo, que continha um retrato de Pórcia, teria a mão da moça e por consequência, seu grande dote, o qual era de interesse de Bassanio.

Bassanio pede dinheiro à Antonio para que possa ir até Pórcia e tentar se casar. Mas Antonio está com sua fortuna no mar e não tem títulos para que pudesse negociar algum dinheiro.

Mas mandou que Bassanio, em seu nome, visse o que seria possível conseguir em dinheiro.

Mandou que Bassanio o empenhasse para conseguir o dinheiro para ir a Belmonte

Bassanio pediu tres mil ducados (dinheiro da época) por tres meses à um judeu, Shylock, que no caso tomou como penhora o próprio Antonio.

Interessante é a conversa de Shylock com Antonio quando indaga se ele está emprestando dinheiro à juros quando o mesmo dizia que isso não deveria ser feito por conta da religião, em tom de ironia.

Fez uma retrospectiva com Antonio sobre o tanto que o mesmo o humilhou, até cuspiendo em sua túnica por ser judeu e emprestar o que era seu à juros.

Shylock firmou um acordo com Antonio que dizia que se este não pagasse a quantia no dia combinado, ao contrário de juros, ele queria uma libra da carne de Antonio, a qual seria cortada e retirada, da parte do corpo que Shylock escolhesse.

Filha de Shylock – Jéssica – que se apaixona por um cristão e foge com o mesmo.

Logo após a partida de Bassanio, Antonio perde um de seus navios carregados.

Antonio também costumava emprestar dinheiro, só que por cortesia, sem cobrar juros por isso.

Antonio perde mais um de seus navios e Shylock, sabendo que Antonio está arruinado se alegra pois, conseguirá colocar em prática sua tão almejada vngança por todas as humilhações que sofreu por ser judeu e emprestar dinheiro a juros.

Bassanio chega em Belmonte e escolhe o baú certo, contendo um retrato de Pórcia e com ela se casa.

Passado um tempo Antonio recebe a notícia de que seus negócios não estavam bem e que não teria como pagar a dívida à Shylock.

É instaurada uma corte para julgar se Shylock poderia cortar uma libra da carne de Antonio e o doutor que preside tal julgamento é Pórcia acompanhada de Nerissa, estando as duas disfarçadas de homens.

Durante o 'julgamento', após muita conversa, ficou estabelecido que se Shylock insistisse em cortar a carne de Antonio, este pedaço deveria ser exatamente de uma libra e que nenhuma gota de sangue fosse derramada, pois no acordo de ambos estava escrito que o pagamento seria uma libra de carne, não citando se poderia ser maior ou menor a quantidade e não definia nada com relação ao derrame de sangue.

O fato de derramar o sangue de um cristão, ainda mais se o fato fosse praticado por um judeu, era inaceitável, e o mesmo deveria ser condenado à morte, ficando 50% de seus bens para Antonio, e os outros 50% para a Igreja Católica.

Shylock pensou e, mesmo transtornado não continuou sua ação para retirada da carne de Antonio.

Entretanto, o fato de Shylock ter feito um cristão passar por tudo isso, o condenou à morte o mesmo teve que pedir clemência, entretanto, a corte se antecipou, na intenção de demonstrar superioridade ao judeu e estabeleceu que o mesmo não seria morto, porém, seus bens seriam divididos entre Antonio e a Igreja.

Antonio pediu a palavra e disse que abriria mão de sua parte com a condição de que, a partir daquele momento, Shylock se tornasse cristão. O judeu chorou muito, entretanto, cedeu às condições para manter a metade de seus bens consigo.

Através deste filme, baseado na obra de Shakespeare, torna-se claro o poder de dominação empregado pela Igreja na vida dos judeus e dos que consideravam hereges.

Após uma manobra de palavras, um judeu que não recebeu sua dívida e estava no seu direito de cobrá-la, passa a dever algo à Igreja e à Antonio. Mas o que causa espanto, é como utilizaram dos acontecimentos para torná-lo cristão e tomar posse de 50% de seus bens.

Para os usurários como Shylock, que citamos como exemplo, o purgatório não era apenas uma chance dada pela Igreja durante a Idade Média, mas a única maneira que poderiam contemplar o Paraíso prometido às boas almas.

CAPÍTULO 02: A NECESSIDADE DA EXISTÊNCIA DO PURGATÓRIO

O cristianismo, desde o início, sempre se preocupou em alocar as almas adeptas desta prática à algum lugar após a morte. Até o século XII, ou as almas iriam ao Céu, um lugar calmo destinado às boas almas, ou ao Inferno, destinado às almas que não tiveram boa conduta. Entretanto, essa dualidade teve fim com a invenção do Purgatório, durante o século XII.

Ao longo deste capítulo tomaremos como base, textos de Jacques Le Goff sobre o imaginário religioso no período medieval, de modo especial sua obra “O nascimento do Purgatório” ao discorrer sobre esse ‘terceiro lugar’.

Quando uma pessoa crente, praticante da religião passa a acreditar na existência de um lugar no além, sua vida muda pois percebe que depois da morte nem tudo estará perdido.

Durante a Idade Média era muito comum a prática da usura, ou seja, empréstimo de dinheiro a juros. Essa prática acontecia frequentemente entre os mercadores, entretanto, era condenada pela Igreja, a qual, posteriormente, se deu conta de que ‘perder’ fiéis como os mercadores não seria saudável financeiramente para a instituição religiosa. Sendo assim, o purgatório seria o local onde esses, até então hereges, teria sua chance de redenção.

Os cristãos mantiveram com esses mercadores judeus, durante toda a Idade Média um diálogo, pois os judeus usurários apesar de odiados, eram necessários e úteis.³²

³² LE GOFF, Jacques. *La Civiización del Occidente Medieval*. Buenos Aires: Paidós, 1999. Pág. 285

A Igreja considerava inovações como um pecado, uma heresia, entretanto, lhe faltava tempo para condenar uma a uma, fato que ajudou na construção deste lugar (purgatório) para ‘encaixar’ essas pessoas consideradas hereges, contudo, necessárias.

“Eram várias as razões pelas quais a Igreja condenava a usura, e seu maior argumento eram as Escrituras. Pautando – se no Antigo Testamento, utilizavam como base trechos dos livros de Deuteronômio (23, 19-20), livro do Êxodo (22, 25) e Levítico (25, 35-37).”³³

Citamos acima um trecho do livro *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*, de Jacques Le Goff no qual, encontramos três referências bíblicas que baseiam a justificativa da condenação da usura pela Igreja. E para melhor entendermos o posicionamento da Igreja, no livro de Deuteronômio, podemos ler: ‘Não exigirás juro algum de teu irmão, quer se trate de dinheiro, quer de gêneros alimentícios, ou do que quer que seja que se empreste a juros. Poderás exigí-lo do estrangeiro, mas não de teu irmão, para que o Senhor, teu Deus, te abençoe em todas as tuas empresas na terra em que entrarás para possuí-la.’ (Deuteronômio 23, 19-20).

No livro do Êxodo encontramos no trecho citado por Le Goff: “Se emprestares dinheiro a alguém do meu povo, ao pobre que está contigo, não lhe serás como um credor: não lhe exigirás juros” (Êxodo 22, 25).

Em Levítico, sobre a usura lê-se: “Se teu irmão se tornar pobre junto de ti, e as suas mãos se enfraquecerem, sustentá-lo-ás, mesmo que se trate de um estrangeiro ou de um hóspede, a fim de que ele viva contigo. Não receberás dele juros nem ganho; mas temerás o teu Deus, para que o teu irmão viva contigo. Não

³³ LE GOFF, Jacques. *Mercaderes y banqueros de la Edad Media*. Editorial Universitária de Buenos Aires. 1982. p.90.

lhe emprestarás com juros o teu dinheiro, e não lhe darás os teus viveres por amor ao lucro.” (Levítico 25, 35-37)

A mentalidade e os objetivos dos mercadores que emprestavam dinheiro a juros na Idade Média, eram a riqueza, os negócios e a glória. Todos os mercadores estudados pelos historiadores da Idade Média, apesar dos negócios e da glória, sentem um amor enorme pelo dinheiro.³⁴

Todos pensavam como um mercador florentino do século XIV, o qual afirmou que o dinheiro era o socorro, a defesa, a honra e a provisão e estudando os mercadores normandos do final da Idade Média é sabido que afirmavam que o fundamento de uma sociedade era o dinheiro.³⁵

Traçou-se uma ‘ética’ entre os mercadores da Idade Média, onde era exigida a prudência frente aos negócios e aos empréstimos a juros, desconfiança com os demais, medo de perder o dinheiro e experiência.³⁶

Os mercadores ricos somente manifestavam sua religiosidade ao final de suas vidas e no momento da morte. Alguns chegavam a abandonar suas riquezas e terminar seus dias em algum convento ou ordem religiosa.³⁷

Ao criar o purgatório, a Igreja muda a geografia do além, como afirma Le Goff, e assim causa uma revolução na mentalidade das pessoas da época, pois, a partir do momento em que se passa a acreditar na existência de mais um local para as almas e não somente na dualidade céu/inferno, na vida dos cristãos aconteceu uma mudança.

³⁴ Ibid., p.103.

³⁵ Ibid., p.104.

³⁶ Ibid., p.106.

³⁷ Ibid., p.111.

O que estava em jogo, com essa significativa mudança na geografia do além, era a necessidade de ‘enquadrar’ algumas pessoas que, naquela época, não se ‘encaixavam’ no céu, mas ao mesmo tempo, condená-las ao inferno não era interessante economicamente para a Igreja. Neste caso, estamos falando dos usurários, aos quais daremos destaque no segundo capítulo deste trabalho. E é nesse contexto que o Purgatório se impõe como o ‘terceiro lugar’.

De acordo com Le Goff, ‘Quando o purgatório se instala na crença da cristandade ocidental, entre 1150 e 1250, mais ou menos, de que se trata? É um além intermédio onde certos mortos passam por uma provação que pode ser abreviada pelos sufrágios – a ajuda espiritual – dos vivos.’³⁸

Ainda segundo Le Goff, acreditar na existência do Purgatório é o mesmo que crer na ressurreição e imortalidade, pressupondo um julgamento duplo aos mortos, sendo o primeiro no momento da morte e o segundo aconteceria no fim dos tempos. ‘O Purgatório é também um intervalo propriamente espacial que se insinua e se amplia entre o Paraíso e o Inferno.’³⁹

O Purgatório é concebido como o lugar onde os mortos sofreriam provações semelhantes ao que sofreriam se estivessem no Inferno, entretanto, estando no Purgatório ainda teriam a chance de ir para o Céu, fato que não aconteceria se estivessem ido direto ao Inferno.

Das purgações que os mortos podem sofrer estando no Purgatório, destaca-se o fogo, com a intenção de rejuvenescer e imortalizar.

Ao citar o momento exato da purgação, Le Goff se apóia em Santo Agostinho e Gregório: “A partir de Agostinho e de Gregório, o Grande, sabe-se que

³⁸ LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995. p.18-19.

³⁹ *Ibid.*, p.20.

só os mortos que apenas têm a expiar pecados leves ou que antes de morrer se arrependeram sem terem tido tempo de fazer penitência na terra e que, de qualquer modo, tiveram uma vida bastante digna e suficientemente marcada por boas obras, merecerão essa ‘reescapagem’. Quando terá lugar essa purgação? Segundo Agostinho pensava-se, de um modo geral, que ela terá lugar entre a morte e a ressurreição. Mas o tempo de purgação podia ultrapassar esse tempo intermédio a montante ou a justante. Para o próprio Agostinho, as provações suportadas cá em baixo, as penas terrenas, podiam ser o começo da purgação. Para outros esta purgação continuava a fixar-se no momento do Julgamento Final e, neste caso, calculava-se em geral que o ‘dia’ do julgamento duraria um certo tempo para permitir que a purgação fosse algo mais do que uma formalidade.”⁴⁰

Até o ano de 1170 o Purgatório não existia, e se analisarmos a epístola de Paulo aos coríntios, é evidente que está se referindo ao fogo como a maneira de extinguir os pecados.

Essa questão do fogo como a maneira mais comum de purgar os pecados, é analisada por Le Goff através de quatro grandes teólogos: Hugo de Saint – Victor, São Bernardo, Graciano de Bolonha e Pedro Lombardo. Para nossas análises neste trabalho citaremos algumas colocações de dois desses teólogos – Hugo de Saint – Victor e São Bernardo.

De acordo com Hugo de Saint – Victor, somente as almas salvas e eleitas é que eram destinadas ao fogo do purgatório, pois saíam de lá confortados, comparando essa purgação à argila que sai do fogo sólida.

Já São Bernardo, de acordo com as análises de Le Goff, dizia que o que não foi ‘pago’ aqui na Terra seria pago cem vezes mais no purgatório, e acaba por

⁴⁰ Ibid., p.164

afirmar a existência de três tipos de inferno: “O primeiro inferno é obrigatório (*obligatorius*) porque nele nos é exigido até ao último tostão, e assim a pena não tem fim. O segundo é *purgatório*. O terceiro é remissivo, pois, sendo voluntário (*volontarius*), muitas vezes a pena e a culpa (*et poena et culpa*) lá são ambas remidas. No segundo (o purgatório), ainda que a pena nele seja por vezes remida, a culpa nunca o é, mas é purgada. Bem – aventurado inferno, o da pobreza, onde o Cristo nasceu, onde foi criado e onde viveu, enquanto esteve encarnado! A esse inferno ele não desceu só uma vez para de lá arrancar os seus, mas também ‘se entregou a fim de nos arrancar a este mundo presente e mau (Epístola aos Gálatas 1, 4), para nos afastar da massa dos condenados e nos reunir à espera de nos tirar de lá.’”⁴¹

Não poderíamos deixar de citar também Santo Agostinho, o qual afirmava que os lugares em que as almas ficavam durante a purgação era como se fossem buracos escondidos, e classifica quatro tipos de almas, as totalmente boas, as totalmente más, os não totalmente bons e os não totalmente maus. O purgatório seria destinado não totalmente bons. Aos não totalmente maus, “...pensa que Deus pode, apesar de tudo, distinguir entre eles graus de malvadez e, embora mantendo-os no Inferno por toda a eternidade, pode também mitigar um pouco a sua pena.”⁴²

É fato que, toda essa movimentação na ‘geografia do além’, e essa reviravolta na mentalidade das pessoas da época tinha, além de uma necessidade, um bom motivo para a Igreja, pois estava perdendo muito excluindo os judeus usurários de uma possível salvação, e para tanto, tornou-se necessária a criação de um lugar para tais pessoas.

⁴¹ Ibid., pág. 176.

⁴² Ibid., pág. 180.

O Céu não poderia abrigá-los, e continuar enquadrando-os no Inferno, não era uma boa opção para a Instituição Católica. Sendo assim, e após algumas discussões que criou-se o Purgatório, a solução para as almas que não iriam diretamente ao Céu, mas que ao mesmo tempo, não era viável economicamente condená-las.

CAPÍTULO 03 – “CÉU, INFERNO E PURGATÓRIO – CONCEITOS QUE ATÉ HOJE PERMEIAM A CULTURA BRASILEIRA.”

Nesta breve abordagem sobre o Céu, Inferno e Purgatório na cultura brasileira, tomaremos como base a obra de Ariano Suassuna, “Auto da Compadida”, na qual esses conceitos são abordados no terceiro e último Ato.⁴³

A história se passa na cidade de Taperoá e dentre seus personagens, os principais são João Grilo e Chicó. Os outros personagens dessa obra teatral de Suassuna são o Palhaço, o é responsável por alguns momentos de narrativa da peça; Padre João; o Sacristão; o Padeiro, que era chefe de João Grilo e sua esposa, na obra chamada simplesmente de Mulher, que possuía um cachorro chamado Xaréu; Antonio Moraes, que era considerado um homem muito importante e influente na cidade; o Bispo e o Frade; o Cangaceiro e Severino de Aracaju; o Demônio e o Encourado (o demônio que era responsável pela acusação); Manuel (Jesus Cristo) e a A Compadecida (Nossa Senhora).

Para que a compreensão deste capítulo não seja comprometida, contaremos abreviadamente a história do “Auto da Compadecida.

Como já foi dito, a história se passa Taperoá e João Grilo e Chicó são os personagens principais que já no início estão conversando e Chicó contando mais uma de suas várias histórias à João Grilo, que sempre duvida das peripécias de Chicó.

Após uma gritaria o Padre sai da Igreja e pergunta à Chicó e João Grilo que estava havendo, e é avisado de que estariam levando um cachorro para que fosse

⁴³ SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. 35 ed. Rio de Janeiro. Agir, 2005.

bento. Mas o padre diz que aquilo era uma maluquice e que não poderia benzer um cachorro, quando é interrompido por João Grilo que o questiona por ter benzido um motor de um homem muito influente na cidade chamado Antonio Moraes. Após vários acontecimentos e confusões, e uma boa quantia em dinheiro, que seria dividida entre o Padre, Sacristão e o Bispo, o qual chegou à cidade após o Padre e Sacristão já terem aceitado o dinheiro e foi convencido (por também levar parte do dinheiro) à aceitar e até achar justo que o cachorro, sendo uma criação de Deus ter um enterro digno. E assim o cachorro Xaréu foi enterrado e em latim. Ainda no primeiro Ato fica claro que a Mulher tinha caso com vários homens e traía seu marido, o Padeiro.

No segundo Ato, após o enterro do cachorro, e não contente com tantas confusões, João Grilo tentou ganhar um dinheiro da Mulher do Padeiro e conseguiu, pois a enganou, com a ajuda de Chicó, afirmando ter um gato que ‘descomia’ dinheiro. A Mulher acreditou e ainda pagou pelo gato, o que gerou ainda mais problemas e discussões entre os personagens. A briga só foi interrompida pelo barulho de tiros, e avistaram o Cangaceiro acompanhando o temido Severino de Aracaju, que, ao chegar, até a polícia se pôs a correr. Severino e o Cangaceiro roubaram o Padre, Sacristão e Bispo, e tudo mais o que conseguiram. Após pegarem o dinheiro, Severino dizia ter o costume de matar, pois era assim que mantinha o seu sustento, roubando e matando. Foram mortos o Padre, Bispo, Padeiro, Mulher e João Grilo, ficando ilesos somente o Frade, que Severino permitiu que fosse embora pois não mataria frade e Chicó, que após uma armação com João Grilo, estava sujo de sangue falso e Severino acreditou já estar morto.

O terceiro Ato, o qual daremos maior destaque neste trabalho, aborda o julgamento dos personagens que foram mortos. Inicialmente são recebidos pelo

Demônio e o Encourado, logo depois chega Manuel e após muita conversa, e João Grilo percebendo que não teria jeito de ir para o Céu ou Purgatório, solicitou a presença da Compadecida. Depois de muita conversa, João conseguiu que seus companheiros de julgamento fossem ‘salvos’, indo para o Purgatório, mas sua alma ainda estava em julgamento, e lhe foi concedido que voltasse à Terra, como uma nova chance e recebeu conselhos para ser mais honesto e não enganar tanto as pessoas.

O motivo dessa breve e singela descrição de uma obra tão importante e que faz sucesso até hoje, se deve ao fato de como esses conceitos de Céu, Inferno e Purgatório ainda se mostram presentes na cultura brasileira atualmente.

Durante o diálogo com João Grilo, A Compadecida afirma a João Grilo que, estando no Purgatório, a salvação estaria garantida. E um fator interessante é a maneira como Suassuna ‘brinca’ com o fato de Jesus Cristo ser chamado de Manuel, e de um homem como João Grilo ter uma segunda chance, acontecimentos que supostamente não seriam aceitos pela Igreja por faltar com o respeito às tradições e a conduta desejável para se alcançar a redenção.

Ao contemplar o “Auto da Compadecida”, é evidente como conceitos amplamente impostos e desenvolvidos durante a Idade Média, ainda se mostram presentes na cultura popular brasileira em pleno século XXI, e que questões referentes aos conceitos de Céu, Inferno e Purgatório estão longe de ser um assunto desatualizado e sem desdobramentos.

Conclusão

Após uma leitura atenciosa das abordagens apresentadas, podemos concluir que, durante a Idade Média, a prática da usura e os usurários foram, por um bom período um ‘problema’ para a Igreja, pois, ao mesmo tempo em que a doutrina católica ia de encontro às práticas dos usurários, esta almejava sua contribuição financeira.

Um método utilizado pela Igreja foi oferecer ao usurário a condição de escolher entre a ‘bolsa e a vida’, entretanto, se pudessem, ficariam com os dois. Mas dada a necessidade de arrumar um lugar pós morte para essas pessoas, é criado o Purgatório.

O Purgatório é considerado um terceiro lugar e temos aí uma mudança geográfica no universo do além, pois se até então tínhamos o Céu e o Inferno, a partir do século XII é criado o Purgatório, local para abrigar as pessoas que não se ‘encaixavam’ no Céu, nem no Inferno, e estando nesse local de purgação, teriam ainda uma única chance de chegar ao Paraíso. Assim, deixando de condenar ao Inferno tais almas e ficando com parte dos bens contidos na ‘bolsa’ dos usurários que concordavam em escolher a ‘vida’, podemos dizer que essa foi a solução que melhor atendeu às necessidades das almas e principalmente, às necessidades econômicas da Igreja.

Abordagens sobre Céu, Inferno e Purgatório, que tanto foi discutido nesse trabalho, enfatizando o período medieval, atualmente podem ser identificados na cultura brasileira. No terceiro capítulo, através de um breve panorama da obra “Auto da Compadecida”, de Ariano Suassuna, observando a narração do julgamento de

João Grilo e seus companheiros na história, é evidente o quanto ainda as pessoas acreditam na existência desses três lugares destinados aos mortos.

Através das colocações exibidas acima nos três capítulos, concluímos que com a criação do Purgatório a Igreja conseguiu 'remanejar' almas que até então não tinham um lugar reservado no além e ainda teve uma recompensa financeira por isso. E conceitos como Céu, Inferno e Purgatório, mesmo após muito tempo, ainda estão presentes em nossa sociedade, vide a obra de Ariano Suassuna, o qual, interpreta com mestria as indagações religiosas de muitos brasileiros.

Bibliografia

MERCADO, Tomás de. *Suma dos Tratos y Contratos entre mercadores*. 1571.

LIMA, Luis Correa. *Teologia De Mercado: Uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos*. Perspectiva Teológica. nº34. Belo Horizonte, 2002, p.105-118.

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a Vida*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

RADFORD, Michael. *O mercador de Veneza*. [Filme – vídeo] Direção de Michael Radford. Estados Unidos. Drama. 2004. Aprox. 130 min. DVD, colorido. Distribuidora, Califórnia Filmes.

LE GOFF, Jacques. *El orden de la memória: El tiempo como imaginario*. Barcelona: Paidós, 1991.

KRIEGEL, Maurice. “Judeus”. In: *Dicionário Temático do Ocidente Medieval II*. São Paulo: Edusc, 2006, p.42.

FLANNERY, Edward H. *A Angústia dos judeus: História do anti-semitismo*. São Paulo: Ibrasa, 1968, p.111.

LE GOFF, Jacques. *La Civiización del Occidente Medieval*. Buenos Aires: Paidós, 1999.

LE GOFF, Jacques. *Mercaderes y banqueros de la Edad Media*. Editorial Universitária de Buenos Aires, 1982.

LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. 35 ed. Rio de Janeiro. Agir, 2005.

Suma dos Tratos y Contratos. <http://www.ufcspa.edu.br/ufcspa/ensino/pos-Graduacao/patologia/documentosPatologia/resumoDoProjetoParaMatricula.pdf>. Site acessado em 04 de Maio de 2012.

DO NASCIMENTO, Jorge Carvalho. *O Historiador Jacques Le Goff*. <http://cafehistoria.ning.com/group/biografiatrajetriaseprosopografia/forum/topics/o-historiador-jacques-le-goff> . Site acessado em 04 de Maio de 2012.

RADFORD, Michael. *O Mercador De Veneza: Sinopse*. <http://www.livrariacultura.com.br/scripts/resenha/resenha.asp?nitem=5052543&sid=77332313914330405869983639>. Site acessado em 04 de Maio de 2012.

BIBLIA. Português. Bíblia sagrada. Revisada por Frei João José Pereira de Castro, O. F. M., e pela equipe auxiliar da editora. 56ª. edição. São Paulo: Ed. Ave-Maria, 2005.

Apêndices e Anexos

Anexo 1: Pequena História da Usura

PEQUENA HISTÓRIA DA USURA⁴⁴

MOACYR SCLiar

As dificuldades que o Brasil e outros países atravessam em seu balanço de pagamentos mostram até que ponto a economia mundial depende hoje do sistema financeiro, vale dizer, dos bancos. A taxa de juros passou a ser o termostato pelo qual as atividades econômicas são reguladas (ou desreguladas), aquecidas ou esfriadas; a taxa de juros reflete-se na queda da produção, no desemprego - e em última análise acaba afetando a vida de todas as pessoas. Quem pode tira proveito dos juros altos, emprestando ou especulando. Quem não pode olha com inveja e angústia esta situação. Mas mesmo estes reconhecem a respeitabilidade do capital financeiro, que se traduz, entre outras coisas, na imponência dos bancos e na importância que é dada às opiniões dos banqueiros. Poucos hão de lembrar que nem sempre foi assim; que houve tempos em que dinheiro e usura eram coisas olhadas com nojo e desprezo (o fato de os cofrinhos infantis terem muitas vezes a forma de um porco deve ser resíduo dessa época). O auge deste horror ao dinheiro ocorreu na Idade Média, como resultado da convergência dos interesses de duas classes poderosas. De um lado, o clero. Como assinala Henri Pirenne, em sua "História da Idade Média": "A concepção de mundo da Igreja adaptava-se admiravelmente às condições econômicas de uma época em que a terra era a única base da ordem social. A terra tinha sido dada por Deus aos homens para que dela pudessem viver, visando à salvação eterna. O objetivo do trabalho não era a riqueza, mas sim a manutenção de cada qual na posição social em que havia nascido, até o advento da vida eterna. A renúncia do monge era o ideal que a sociedade deveria almejar. Buscar a riqueza era cair no pecado da avareza. A pobreza era uma determinação divina, mas competia aos ricos aliviá-la pela caridade. Emprestar a juros - a usura - era uma abominação". A outra classe que abominava o dinheiro - e o trabalho - era a nobreza. De fato, os cavaleiros medievais não tinham outra ocupação do que festas, torneios e expedições militares - já que a subsistência lhes era garantida pelo trabalho dos servos.

Mesmo nesta economia rudimentar, contudo, o dinheiro era necessário. Afinal o luxo - os finos tecidos, as jóias, as especiarias - tinha seu preço, como o tinham as expedições militares, inclusive - e principalmente - as Cruzadas. A sociedade feudal resolveu o impasse de uma maneira engenhosa. Atribuiu o papel de usurário a um elemento marginal na sociedade, um elemento que pouco podia esperar da vida na terra e muito menos da vida eterna: o judeu. Criou-se assim a figura típica e caricatural do usurário de olhinhos brilhantes, nariz adunco e dedos em garra, um estereótipo que de tal forma se impôs que historiadores sob outros aspectos respeitáveis, como Werner Sombart, foram levados a crer que a usura constituía um atributo específico da chamada "raça judaica". Que não haja nada semelhante à categoria biológica de raça nos judeus em nada perturbou tais historiadores, como em nada perturbou os nazistas; o que era efeito passou a ser considerado causa e assim a lenda da predisposição judaica à usura manteve a mesma consistência que tinha à época da Idade Média. As relações entre usurários e senhores feudais era uma relação de mútua safadeza, uma sinistra simbiose entre a astúcia do fraco e a prepotência do forte. Relegados a este papel abominado e abominável, os judeus tiravam dele o maior proveito que podiam, cobrando escorchantes taxas de juros

(mesmo essas taxas exageradas, contudo, não chegavam aos níveis de hoje, atingindo 86 por cento no máximo...). Os senhores feudais toleravam, enquanto queriam, esta situação, e, na Inglaterra, os reis dela tiravam proveito, porque todos os empréstimos contraídos com os judeus eram registrados no "saccarium judaeorum" e gravados com uma taxa de 10 por cento em proveito do tesouro real (cf. Abraham Leon, "Concepção Materialista da Questão Judaica", Global, 1981, p. 82). Quando os nobres não podiam pagar, ou quando precisavam de muito dinheiro de uma vez só, faziam o que faz um garoto quando necessita do dinheiro de seu cofrinho: destrói o porco. Os massacres de judeus, com sua conseqüente "queima de arquivo", eram a solução. Em 1189, os judeus são assassinados em Londres, Lincoln e Standord; em 1190, a nobreza destrói o "saccarium judaeorum" de York, queimando solenemente os títulos das dívidas; os judeus, situados num castelo, se suicidam em massa... Em 1290 toda a população judaica da Inglaterra foi expulsa e seus bens confiscados. O mesmo aconteceu depois na França e na Espanha, neste último país numa data bem simbólica, 1492. A expedição de Colombo (segundo muitos historiadores, financiada por judeus) assinalaria a supremacia do capital mercantil e o fim da Idade Média. A Reforma já não consideraria pecado ganhar dinheiro; pelo contrário, poupar e investir seriam elementos importantes da ética protestante, na qual o capitalismo em ascensão encontrou seu substrato moral. Os usurários serão substituídos pelas figuras mais respeitáveis dos comerciantes e dos financistas; entre estes os judeus encontraram seu lugar, se não com exclusividade, pelo menos com menor risco. Em 1815 esta ascensão chega ao auge, com o triunfo dos Rotschild - cinco irmãos, cada um atuando numa capital européia. O mais esperto era Nathan, que operava na Bolsa de Londres; baixo e gordo, de aparência desagradável, sempre de mãos no bolso, costumava ficar encostado numa coluna que até hoje tem seu nome. Dali acompanhava o pregão, e foi dali que deu um golpe genial. Graças à rapidez com que os agentes da família se moviam pela Europa, havia sido informado da derrota de Napoleão em Waterloo antes mesmo do governo britânico. De posse dessa valiosa informação, o que fez? Atirou-se a comprar títulos ingleses? Não. Ao contrário, começou a vendê-los, precipitando uma corrida neste sentido. Rotschild sabe, pensavam os especuladores, se Rotschild está vendendo, é porque Napoleão venceu. Então, no último momento, Rotschild tornou a comprar todos os títulos — e por preço vil. Em questão de minutos acumulou uma imensa fortuna.

Os Rotschild posteriormente tornaram-se nobres - barões, como os barões feudais que massacravam os usurários judeus na Idade Média, o que dá uma medida da relatividade ética através dos tempos e demonstra a hipocrisia oculta atrás de certas sacrossantas indignações. Mas não é esta a única conclusão a extrair da história da usura: o mais importante é constatar que ela nada mais é que um instrumento destinado a fazer o dinheiro trocar de mãos, a tornar os ricos ainda mais ricos e os pobres mais pobres. Através da elevação das taxas de juros conseguem-se hoje a recessão, o desemprego, a formação do "exército de reserva" que mantém o operariado dócil e atemorizado; através da elevação da taxa de juros mantém-se o fosso que separa os países ricos dos países pobres.

Não há dúvida: a usura só pode ser invenção de um demônio. Mas este demônio, e sua invenção, só são invocados quando os poderosos deles necessitam.

Anexo 2: Tratos Y Contratos de Mercaderes Y Tratantes

TRATOS Y CONTRATOS DE MERCADERES Y TRATANTES

Tomás de Mercado - 1569

“Todos dependemos uns dos outros e nascemos com a lei e a obrigação de nos ajudarmos e nos socorrermos. Disse Platão que o homem nasceu não só para o seu proveito e utilidade, mas também para o bem de toda a república, de seus pais e parentes. Nascemos para o bem de todos. De outra maneira, não podemos viver nem permanecer. Portanto, em todos os negócios devemos nos ajudar. Algumas coisas, quis Deus que fizéssemos de graça, como dar esmola ao pobre e emprestar ao necessitado. Este é o exercício da liberalidade, uma das magníficas e mais ilustres virtudes que há. Quando não há lucro nas atividades temporais, Deus dá recompensa e prêmio eterno a que socorre o próximo por amor” [677-680].

“Quando Deus criou o homem, criou-o senhor absoluto deste orbe inferior e de todos os tesouros e frutos que tem e produz. No principio tudo era de todos, a propriedade era comum. Mas com o pecado, as coisas foram repartidas e teve origem a propriedade, introduzindo-se na linguagem as expressões meu e teu. Os homens não tinham mais aquela disposição, habilidade e virtude necessárias para uma comunidade tão divina e excelente” [88].

“Dizem que entre os mercadores há gente corrupta. Mas gente corrupta e má há em toda parte, em todas as profissões, ao lado de gente boa e honesta. ‘Não blasfema o lavrador, quando não aparece nuvem e sol no tempo esperado?’” [109]

“Não se pede do mercador cristão quase nada mais do que se pede do mercador turco ou árabe. No exercício correto do ofício, todos são iguais. Nos contratos, na compra ou venda de mercadorias, câmbios, empréstimos ou alugueis, a justiça e a verdade valem para todos. Vender por um preço justo, não cobrar mais caro em venda a prazo, emprestar sem lucro, celebrar câmbios reais e evitar os câmbios secos¹, tudo isso decorre da lei natural à qual todos estão igualmente sujeitos, qualquer que seja o estado ou profissão. Esta doutrina não é uma revelação especial descida do céu e muito difícil de se entender. Pelo contrario, é uma doutrina muito simples, escrita em nossas almas e na lei da natureza” [50-51].

“O mercador deve ter reta intenção. Isto significa querer cumprir o que a lei de Deus manda. Os propósitos que o mercador deve ter são três. Em primeiro lugar, favorecer o bem comum, que é a utilidade pública e universal, provendo a república das mercadorias necessárias. Em segundo lugar, ajudar os pobres com a esmola. Muitos estão impedidos de trabalhar por motivo de doença e devem ser ajudados pela esmola. Em terceiro lugar, está o sustento de si e de sua casa segundo seu estado e condição” [111-116].

“O mercador deve ter vida modesta, sem luxo, ostentação ou supérfluo. Pois se tem casa grande, muito cara, e gasta muito com empregados, jóias, peças sofisticadas e outras mercadorias caras, o povo vai suspeitar que ele está roubando nos preços e enriquecendo às suas custas. E terão raiva dele. Se, ao contrário, o mercador vive com modéstia, não desperta suspeitas nem ciúmes, fazendo-se benquisto, acreditado e próspero” [119-120]. “O mercador deve ser um homem de poucas palavras, ser generoso em esmolas e frequentar a missa diariamente. Deve cultivar boas leituras, que o elevem à contemplação dos bens eternos, e o motivem a buscar a virtude, que é um bem incorruptível e perpétuo. Cristo no Evangelho comparou o mercador e sua solicitude ao que pretendia ganhar o céu” [123].

¹ Câmbios reais eram operações de cambio em que se trocavam moeda por moeda ou moeda por título de crédito a ser descontado em outra praça. Câmbios secos eram operações de cambio em que se trocavam títulos de crédito por títulos de crédito. Frequentemente era uma forma de se disfarçar a usura.

Não deve realizar todo tipo de comércio, mas se especializar em um ramo determinado, pois assim viverá mais recolhido e longe da cobiça, com menos ocasião de pecar” [109].

“O governo e a aplicação das leis têm suas características próprias. Um príncipe não pode proibir tudo o que é mau, nem se atreve a fazê-lo. Deve limitar-se a reprimir o que destrói a convivência humana e a vida política” [236]. A fornicação é pecado mortal e torpeza e, contudo, a república permite para evitar outros males maiores. Os vícios que os príncipes deixam sem pena, a Igreja castiga muito, pois tem sobre a alma e a consciência maior autoridade e poder. É também o caso da usura: mesmo que a lei civil permita, a lei eclesiástica proíbe e castiga com severidade. É preciso remeter-se ao supremo juiz, ao alto tribunal de Cristo e ao sacramento da penitência, pois a audiência de maior jurisdição é a de Deus no céu e a do confessor na Terra” [264-265].

“Um dos principais requisitos para a prosperidade e felicidade de um reino é ter grande quantidade de moeda e abundância de ouro e prata, que são substancialmente todas as riquezas temporais desta vida, e todas derivam dela. Tendo dinheiro, tereis de alguma maneira todas as coisas. Poucas ou nenhuma faltarão... E o que destrói a abundância e causa pobreza é a sua contínua evasão, quando se permite” [415].